

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte 10 Liberal

Class.: 24

Data 04/06/85

Pg.: _____

4468

(Lucio Flavio Pinto)

O destino da Sudam

Para cumprir os compromissos assumidos neste ano, a Sudam precisaria de 670 bilhões de cruzeiros. Mas dispõe em orçamento de apenas 370 bilhões. Já subscreveu 124 bilhões em ações das empresas incentivadas. Teoricamente, faltaria ainda liberar 246 bilhões de cruzeiros. Só que todo esse dinheiro destina-se aos conglomerados econômicos que, tendo imposto de renda a aplicar, o destinam diretamente a seus projetos amazônicos, apenas transitando pelo Finam, o Fundo de Investimentos da Amazônia que a Sudam administra.

São esses os projetos do artigo 18, uma avenida larga, mas de circulação exclusiva, à qual não têm acesso os demais projetos que operam na bolsa do Finam. Todos os 81 bilhões de cruzeiros do artigo 17, onde se situam os médios empreendimentos (o "pequeno" é uma fantasia no sistema Sudam), foram consumidos nos três primeiros meses do ano, liberados pela administração anterior.

Esses recursos representam apenas 22% do orçamento do Finam e são os únicos que a Sudam pode realmente administrar, limitando-se, quanto aos demais 78%, a cobrar sua taxa de administração. Não conseguindo suplementar o orçamento, a Sudam vai fechar o seu caixa de aplicações, restringindo-se ao ato mecânico de subscrever ações conforme os recolhimentos do imposto de renda com opção pela Amazônia forem chegando.

A superintendência está tentando conseguir novos recursos em quatro frentes. A União poderia fazer novas subscrições de cotas do Finam, aumentando as aplicações diretas. As estatais poderiam dividir exatamente à metade suas aplicações de imposto de renda, entre o Nordeste e a Amazônia. Recursos de um outro fundo mais bem dotado, como o Fiset, por exemplo (o fundo de reflorestamento), poderiam ser remanejados. Ou então poderia ser concedida a cor-

reção pelas ORTN's dos recursos repassados pela autoridade fazendária, que por enquanto se mantém em valores históricos.

Qualquer desses mecanismos poderia revitalizar o caixa da Sudam, praticamente vazio. O órgão precisa fazer alguns malabarismos até mesmo para pagar suas despesas mais elementares (como as contas de luz, água e telefone) ou manter em dia o pagamento de uma folha de pessoal que inchou muito nos últimos anos e criou uma ociosidade mínima de 60 a 70%, graças a engenhosas formas de contratação, como a folha emergencial. O problema já não é apenas dispor de dinheiro para atender o cronograma dos projetos econômicos aprovados, mas tê-lo também, para o custeio.

Engana-se, porém, quem achar que o problema da Sudam se restringe à injeção de recursos adicionais ou a um maior equilíbrio na distribuição entre os projetos dos artigos 17 e 18. É a instituição como um todo que precisa de urgente, profunda e corajosa reformulação. Ela foi implodida por uma bomba neutra, que manteve sua estrutura material, mas exterminou sua organização humana.

Aos poucos foram sendo desarticulados todos os seus departamentos, um boicote não declarado à inteligência que manteve todas as cabeças em letargia, embora multiplicando-as individualmente. Um número cada vez maior de pessoas era contratado simplesmente para nada fazer. Departamentos antes importantes, como o de setores produtivos ou o de recursos naturais, limitaram-se a dar quorum às macarrônicas sessões do Conselho Deliberativo.

A única atividade exigida de uma parte do corpo técnico ao longo da semana era o preenchimento do cartão da Loteria Esportiva. A ociosidade e a falta de qualquer diretriz de ação aniqui-

laram a capacidade técnica do corpo funcional da Sudam, onde apenas o departamento de administração de incentivos continuou a funcionar, embora sob certas interferências e recebendo ordens diretas.

Transformada em autêntico escritório de corretagem de incentivos, a Sudam foi perdendo personalidade própria durante os seis anos da mais desastrosa de todas as suas administrações, cujo inventário está por ser feito (mas ainda será realizado). As grandes questões da Amazônia nesse período desencadearam-se à distância da Sudam, que não se interessou um momento sequer em defender suas prerrogativas institucionais de coordenadora da ação federal na região e cabeça de todo um sistema de planejamento (que simplesmente deixou de existir, por força de um varejismo sem fôlego).

A inexistência de recursos vai ampliar o esvaziamento sofrido pela Sudam, reforçando a aparência de almojarifado falido que seu prédio dá aos visitantes atentos. Mas simplesmente alocar os 300 bilhões adicionais, se garante a execução de cronogramas montados pelas empresas com a aprovação da Superintendência, não assegura a renovação tão exigida.

Apesar dos insistentes pedidos que os representantes do Pará fizeram seguidamente no Condel, a Sudam não aceitou fazer um balanço do Finam, revendo projeto por projeto, checando os pareceres com a realidade das implantações, atualizando monetariamente os valores pagos e a pagar, consolidando os projetos que ainda recebem incentivos e adequando-os à nova realidade. Sem visão do passado e do futuro, a Sudam se perde no presente. Era esse o diagnóstico preciso que o governo estadual fazia no colegiado. Agora que atravessou o balcão, já é hora de começar a cumprir o que pregava.